

EDUCAR PARA VIVER COM A TERRA

Moacir Gadotti (*)

Resumo – Este artigo reflete sobre as potencialidades das práticas educativas orientadas pelo conceito de sustentabilidade hoje e como elas podem contribuir na reformulação dos conteúdos e métodos de aprendizagem e na qualidade da educação. A sustentabilidade implica na necessidade de mudança no nosso estilo de vida e na transformação de todos os aspectos da vida na sociedade e na educação, desde a pré-escola até à universidade. O artigo também aponta alguns desafios e estratégias para integrar a sustentabilidade nas práticas educativas e no currículo escolar. Entre eles destaca a necessidade de uma outra pedagogia, uma eco-pedagogia, ou melhor, uma Pedagogia da Terra, uma pedagogia holística que supera o antropocentrismo das pedagogias clássicas. A sustentabilidade representa uma oportunidade para a renovação dos velhos sistemas educacionais, fundados em princípios e valores competitivos e baseados numa visão predatória de mundo. Educar para viver com a Terra é educar para viver em harmonia consigo mesmo, com os outros e com a natureza. Educar para viver com a Terra ao longo da vida é educar para a emergência de um outro mundo possível.

Os dados divulgados, nos últimos anos, pelo *Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas* das Nações Unidas, conhecido pela sua sigla em inglês IPCC, provocaram debates em todo o mundo. Não há hoje tema tão preocupante como o do aquecimento global e o das mudanças climáticas. Mas ele não é novo. Alertas foram dados pelos ecologistas deste os anos 60 do século passado. Na Rio-92, 173 chefes de Estado e de governo aprovaram um documento, a *Agenda 21*, para colocar o mundo na rota do “desenvolvimento sustentável”, um compromisso com as futuras gerações. O *Fórum Global*, na mesma ocasião, aprovou dois documentos importantes e complementares para uma “Sociedade Sustentável”: a *Carta da Terra* e o *Tratado da Educação Ambiental para as Sociedades Sustentáveis e a Responsabilidade Global*. Em 1999 a Unesco lançou um apelo por uma “educação para um futuro sustentável” (Unesco, 1999) e, em 2002, as Nações Unidas lançaram a *Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável* (2005-2014).

O mundo está se mobilizando, de diferentes maneiras, para evitar o pior. Contudo, as preocupações persistem e os grandes desafios ainda não foram superados. O que a educação pode fazer nesse contexto?

Tive a oportunidade de participar da redação da primeira versão da Carta da Terra, no *Fórum Global* da Rio-92. Ela começa exatamente com uma declaração de amor à Terra, considerada como um ser vivo e em evolução, com a qual temos uma identidade essencial. Começa afirmando: “nós somos a Terra”. Quando alguém nasce costuma-se dizer que “veio à Terra”. Na verdade não veio à

(*) **Moacir Gadotti** é Doutor em Ciências da Educação pela Universidade de Genebra, Doutor *Honoris Causa* pela Universidade Rural do Rio de Janeiro, Professor Titular da Universidade de São Paulo e Diretor do Instituto Paulo Freire. É autor de numerosos livros, traduzidos em vários idiomas, entre eles: *Pedagogia da práxis* (1996); *História das ideias pedagógicas* (1998); *Paulo Freire: Uma biobibliografia* (2001); *Pedagogia da Terra* (2002); *Perspectivas atuais da educação* (2003); *Os mestres de Rousseau* (2004), *Educar para um outro mundo possível* (2006) e *Educar para a sustentabilidade* (2008).

Terra, mas “da” Terra. Todos somos filhos da mãe Terra. Tudo o que fizermos a ela recairá sobre eles. E como filhos precisamos aprender a viver “com” ela. Por isso precisamos de uma educação para viver com a Terra.

A *Carta da Terra* foi aprovada pelo Fórum Internacional de Organizações Não-Governamentais no âmbito do *Fórum Global*, representando mais de 1300 entidades com atuação em 108 países. Ela encarna o chamado “espírito do Rio” que está estampado no preâmbulo da Carta:

Nós somos a Terra, os povos, as plantas e animais, gotas e oceanos, a respiração da floresta e o fluxo do mar. Nós honramos a Terra, como o lar de todos os seres viventes. Nós estimamos a Terra, pela sua beleza e diversidade de vida. Nós louvamos a Terra, pela sua capacidade de regeneração, sendo a base de toda a vida. Nós reconhecemos a especial posição dos povos indígenas da Terra, seus territórios e seus costumes, e sua singular afinidade com a Terra. Nós reconhecemos que o sofrimento humano, pobreza e degradação da Terra são causados pela desigualdade do poder. Nós aderimos a uma responsabilidade compartilhada de proteger e restaurar a Terra para permitir o uso sábio e equitativo dos recursos naturais, assim como realizar o equilíbrio ecológico e novos valores sociais, econômicos e espirituais. Em nossa inteira diversidade somos unidade. Nosso lar comum está crescentemente ameaçado. Assim sendo, levando em consideração sobretudo as necessidades especiais das mulheres, povos indígenas, do Sul, dos diferentes capacitados e de todos aqueles que se encontram em situação de desfavorecimento, nos comprometemos a ... (seguem 10 compromissos).

Hoje, tomamos consciência de que o **sentido das nossas vidas** não está separado do sentido que construímos do próprio planeta. Diante da degradação das nossas vidas no planeta, chegamos a uma verdadeira encruzilhada entre um *caminho tecnocrático*, que coloca toda a fé na capacidade da tecnologia de nos tirar da crise ambiental sem mudar nosso estilo poluidor e consumista de vida, e um *caminho ecológico*, fundado numa nova relação saudável com o planeta, reconhecendo que somos parte do mundo natural, vivendo em harmonia com o universo, caracterizado pelas atuais preocupações ecológicas.

1. Sustentabilidade e bem viver

Nesse contexto, parece mais adequado falar de uma **educação para viver com a Terra**, uma

educação para a sustentabilidade, do que uma “educação para o desenvolvimento sustentável” (Unesco, 2005). O conceito de “desenvolvimento sustentável” é ambíguo. Para mim, sustentabilidade é o **sonho de bem viver**, de viver bem com a Terra, compartilhando um planeta com outros seres vivos, humanos e não humanos. Sustentabilidade é equilíbrio dinâmico com o outro e com o meio ambiente, é harmonia entre os diferentes. Educar para viver com a Terra é educar para uma vida sustentável e não simplesmente educar para um novo tipo de desenvolvimento. Entretanto, mesmo sendo ambíguo, o conceito de desenvolvimento sustentável, visto de forma crítica, tem um componente educativo formidável: a preservação do meio ambiente depende de uma consciência ecológica e a formação da consciência depende da educação.

A **sustentabilidade** é maior do que o desenvolvimento sustentável. Enquanto o modelo de desenvolvimento dominante hoje no planeta aponta para a insustentabilidade planetária, o conceito de desenvolvimento sustentável aponta para a sustentabilidade planetária. Aqui se encontra a força mobilizadora desse conceito. O desafio é mudar de rota e caminhar em direção à sustentabilidade por uma outra globalização, por uma alterglobalização.

Podemos desdobrar a sustentabilidade em dois eixos, o primeiro relativo à natureza e o segundo relativo à sociedade:

1º) a **sustentabilidade ecológica, ambiental e demográfica** (recursos naturais e ecossistemas) que se refere à base física do processo de desenvolvimento e com a capacidade da natureza suportar a ação humana, com vistas à sua reprodução e aos limites das taxas de crescimento populacional;

2º) a **sustentabilidade cultural, social e política** que se refere à manutenção da diversidade e das identidades, diretamente relacionada com a qualidade de vida das pessoas, da justiça distributiva e ao processo de construção da cidadania e da participação das pessoas no processo de desenvolvimento.

A categoria sustentabilidade é central para uma “ética do ser humano”, como sustenta Paulo Freire em seu livro *Pedagogia da autonomia* (Freire, 1997). Um novo modelo de desenvolvimento precisa de uma nova sustentação ética inspirada também na experiência prática dos povos tradicionais que vivem de maneira sustentada e nos grupos sociais que fazem opção pessoal por uma vida mais saudável e ecologicamente correta. Assim, educar para uma **vida sustentável** é educar para a simplicidade voluntária e para a quietude. Nossas vidas precisam ser guiadas por novos valores: simplicidade, austeridade, quietude, paz, serenidade, saber escutar, saber viver juntos, compartilhar, descobrir e fazer juntos.

A simplicidade que defendemos não se confunde com a simploriedade e a quietude não se confunde com a cultura do silêncio. A simplicidade tem que ser voluntária como a mudança de nossos hábitos de consumo, reduzindo nossas demandas. A quietude é uma virtude, conquistada

com a paz interior e não pelo silêncio imposto. A quietude tem a ver com ouvir, escutar, conhece, aprender com o outro, muito diferente de quem chega falando, com o discurso pronto, ditando normas, impondo um único discurso. Quietude tem a ver com criar condições para muitas narrativas, hoje silenciadas, ganharem vida. Educar para viver com a Terra é também formar para a compreensão. Formar para a ética do gênero humano, não para a ética instrumental e utilitária do mercado. Educar para comunicar-se. Não comunicar para explorar, para tirar proveito do outro, mas para compreendê-lo melhor.

O conceito de sustentabilidade na educação pode ter um impacto positivo não só no que se refere aos indivíduos, mas também nas necessárias mudanças do sistema educacional. Assim, podemos falar de um impacto no *nível legal*, reformas educacionais, curriculum, conteúdos, e no *nível pessoal* do compromisso, do engajando numa vida mais sustentável. Educar para a sustentabilidade implica **mudar o sistema**, implica o respeito à vida, o cuidado diário com o planeta e cuidado com toda a comunidade da vida, da qual a vida humana é um capítulo. Isso significa, compartilhar valores fundamentais, princípios éticos e conhecimentos como: respeito à terra e a toda a diversidade da vida; cuidar da comunidade da vida com compreensão, compaixão, e amor; construção de sociedades democráticas que sejam justas, participativas, sustentáveis e pacíficas. A sustentabilidade é um conceito central de um sistema educacional voltado para o futuro.

Os sistemas de educação, em geral, são baseados em princípios predatórios, em uma racionalidade instrumental, reproduzindo valores insustentáveis. Para introduzir uma cultura de sustentabilidade nos sistemas educacionais nós precisamos reeducar o sistema: ele faz parte tanto do problema, como também faz parte da solução. Estou convencido de que a sustentabilidade é um conceito poderoso, uma oportunidade para que a educação renove seus velhos sistemas, fundados em princípios e valores competitivos.

Mudar o sistema e mudar as pessoas são processo interdependentes. A *IV Conferência Internacional sobre Educação Ambiental*, realizada em 2007, em Ahmedabad (India), destacou a importância de mudanças no nosso **estilo de vida**. A Declaração de Ahmedabad reflete esse debate que incluiu a economia, a educação, o desenvolvimento, a produção e o consumo:

nossa visão é a de um mundo no qual nosso trabalho e estilos de vida contribuam para o bem estar de toda a vida na Terra. Nós acreditamos que, por meio da educação, os estilos de vida humanos podem conseguir manter a integridade ecológica, econômica e a justiça social, de forma sustentável e com respeito por todas as formas de vida. Por meio da educação, podemos aprender a prevenir e resolver conflitos, respeitar a diversidade cultural, criar uma sociedade cuidadosa e viver em paz.

E como o estilo de vida foi um tema dominante em Ahmedabad, o **consumo sustentável** teve muita relevância. Não dá para falar em educar para viver no planeta Terra sem falar de educação para o consumo sustentável. Debatesmos muito o consumismo e os hábitos alimentares baseados na proteína animal. Concluimos que o modelo alimentar dos países ricos não é generalizável pelo simples fato de que precisaríamos mais de um planeta (necessitaríamos de 2,6 planetas) para alimentar a todos dessa forma. O modelo agrícola está em causa. É preciso inventar um outro que seja mais sustentável, tanto no que se refere à saúde das pessoas quanto à proteção do meio ambiente.

Precisamos comer para sobreviver, mas, diferentemente dos animais, não nos alimentamos por puro instinto. Sentimos prazer ao nos alimentar e podemos fazer escolhas. Transformamos o ato de comer num ato muito significativo. Não é uma mera satisfação de uma necessidade instintiva. Comer é também um ato cultural. As sociedades o transformaram num ato social. Há uma variedade enorme de alimentos e há alimentos suficientes para todos os habitantes da Terra. Falta distribuí-los equitativamente.

A melhor escolha da comida é aquela produzida localmente e a pior é a que vem empacotada, de longe, e que produz muito mais lixo (produtos industrializados) e mais custos sociais e ambientais. Trata-se de saber, de conhecer, como os produtos que consumimos foram produzidos. Conhecer todo o sistema de produção alimentar.

2. Educar para a cidadania planetária

Cada vez tomamos consciência de que somos todos habitantes de uma única casa, de uma única morada. Temos uma identidade terrena, somos terráqueos, cidadãos de uma “única nação”, como se insistia durante a realização da Rio-92. Assim como nós, este planeta, como organismo vivo, tem uma história. Nossa história faz parte dele. Nós não estamos no mundo; nós somos parte dele. Não viemos ao mundo; viemos do mundo. Terra somos nós e tudo o que nela vive. Temos um destino comum. Assim, educar para viver na Terra é também educar para a **cidadania planetária**.

A *Carta da ecopedagogia* de 1999 (Gadotti, 2010:75-78) em seu artigo sétimo fala expressamente de uma educação para a cidadania planetária como condição, como exigência de uma sociedade planetária” que deve ser trabalhada pedagogicamente a partir da vida cotidiana, da subjetividade, isto é, a partir das necessidades e interesses das pessoas:

educar para a cidadania planetária supõe o desenvolvimento de novas capacidades, tais como: sentir, intuir, vibrar emocionalmente; imaginar, inventar, criar e recriar;

relacionar e inter-conectar-se, auto-organizar-se; informar-se, comunicar-se, expressar-se; localizar, processar e utilizar a imensa informação da aldeia global; buscar causas e prever conseqüências; criticar, avaliar, sistematizar e tomar decisões. Essas capacidades devem levar as pessoas a pensar e agir processualmente, em totalidade e transdisciplinarmente.

Em seu artigo nono a *Carta de ecopedagogia* evidencia a relação entre a “educação para a cidadania planetária” e a busca de uma “cultura da sustentabilidade”:

uma educação para a cidadania planetária tem por finalidade a construção de uma cultura da sustentabilidade, isto é, uma biocultura, uma cultura da vida, da convivência harmônica entre os seres humanos e entre estes e a natureza. A cultura da sustentabilidade deve nos levar a saber selecionar o que é realmente sustentável em nossas vidas, em contato com a vida dos outros. Só assim seremos cúmplices nos processos de promoção da vida e caminharemos com sentido. Caminhar com sentido significa dar sentido ao que fazemos, compartilhar sentidos, impregnar de sentido as práticas da vida cotidiana e compreender o sem sentido de muitas outras práticas que aberta ou solapadamente tratam de impor-se e sobrepor-se a nossas vidas cotidianamente.

Uma nova concepção da educação está associada, necessariamente, a uma nova concepção da pedagogia. Foi assim que surgiu, nos anos 90, a ecopedagogia como uma pedagogia voltada para a educação para a cidadania planetária, que achamos mais apropriado chamar de “Pedagogia da Terra” (Gadotti, 2001). A história da ecopedagogia aparece inicialmente como “pedagogia do desenvolvimento sustentável” num estudo realizado pelo Instituto Latino-americano de Pedagogia da Comunicação (ILPEC), da Costa Rica e assinado por Francisco Gutiérrez (1994). Nele já se faz referência a uma visão holística, ao equilíbrio dinâmico ser humano e natureza e a categoria da sustentabilidade que são pressupostos essenciais da ecopedagogia.

Francisco Gutiérrez e Cruz Prado perceberam logo que a pedagogia do desenvolvimento sustentável não tinha a abrangência necessária para se constituir numa grande inovação na teoria da educação. Em seu livro *Ecopedagogia e cidadania planetária* (Gutiérrez & Prado, 1999). Eles nos falam de uma cidadania planetária que vai além da cidadania ambiental. Para eles a ecopedagogia seria aquela que promove a aprendizagem do “sentido das coisas a partir da vida cotidiana”. O conceito de “vida cotidiana” é essencial no contexto da concepção ecopedagógica desses autores. Mais tarde eles rebatizariam essa pedagogia com o nome de “biopedagogia”, uma pedagogia da

vida (Prado, 2006), utilizando o mesmo referencial teórico e oferecendo mais profundidade espiritual ao tema. Cruz Prado e Francisco Gutiérrez foram os primeiros grandes desbravadores do campo e das potencialidades da ecopedagogia. O Instituto Paulo Freire de São Paulo (Brasil) traduziu seu livro para o português e ele continua sendo um grande referencial dessa pedagogia.

O movimento pela ecopedagogia se ampliou e ganhou novos desdobramentos. No meu entender a ecopedagogia não pode mais ser considerada como uma pedagogia entre tantas pedagogias que podemos e devemos construir. Ela só tem sentido como projeto alternativo global onde a preocupação não está apenas na preservação da natureza (Ecologia Natural) ou no impacto das sociedades humanas sobre os ambientes naturais (Ecologia Social), mas num novo modelo de civilização sustentável do ponto de vista ecológico (Ecologia Integral) que implica uma mudança nas estruturas econômicas, sociais e culturais. Ela está ligada, portando, a um *projeto utópico*: mudar as relações humanas, sociais e ambientais que temos hoje.

A palavra “pedagogia” vem do grego e significa, literalmente, “guia para conduzir crianças”. Na Grécia, o pedagogo era o escravo que levava para a escola as crianças dos homens livres. A palavra “pedagogia” tem por referencial um paradigma antropocêntrico. Todas as pedagogias clássicas são antropocêntricas. Ao contrário, a ecopedagogia parte de uma consciência planetária (gêneros, espécies, reinos, educação formal, informal e não-formal...). Ampliamos o nosso ponto de vista, de uma visão antropocêntrica para uma consciência planetária, para uma prática de cidadania planetária e para uma nova referência ética e social: a civilização planetária.

Gaia, igual vida. Muitos entendem que é ilegítimo considerar a Terra como um organismo vivo. Esta qualidade a Terra não teria. Enxergamos a vida apenas pela percepção que temos da nossa e da vida dos animais e das plantas. É verdade, não temos o distanciamento que têm, no espaço, os astronautas, mas podemos ter o mesmo distanciamento dos astronautas no tempo, muito mais dilatado que o nosso próprio tempo de vida. A “hipótese Gaia”, que concebe a Terra como um superorganismo complexo, vivo e em evolução, encontra respaldo na sua história bilionária. A primeira célula apareceu a 4 bilhões de anos. De lá para cá, o processo evolucionário da vida não cessou de se complexificar, formando ecossistemas interdependentes dentro do macrossistema Terra que, por sua vez, é um microssistema, se comparado com o macrossistema Universo. Só conseguimos entender a Terra como um ser vivo nos distanciando dela no tempo e no espaço.

Para nos dimensionar como membros de um imenso cosmos, para assumirmos novos valores, baseados na solidariedade, na afetividade, na transcendência e na espiritualidade, para superar a lógica da competitividade e da acumulação capitalista, devemos trilhar um caminho difícil. Nenhuma mudança é pacífica. Mas ela não se tornará realidade, orando, rezando ou simplesmente pelo nosso puro desejo de mudar o mundo. Como nos ensinou Paulo Freire (1997), mudar o mundo é urgente, difícil e necessário. Mas para mudar o mundo é preciso conhecer, ler o

mundo, entender o mundo, também cientificamente, não apenas emocionalmente, e, sobretudo, intervir nele, organizadamente.

O racionalismo deve ser condenado sem condenarmos o uso da razão. A lógica racionalista nos levou a saquear a natureza, nos levou à morte em nome do progresso. Mas a razão também nos levou à descoberta da **planetaridade**. A poética e emocionante afirmação dos astronautas de que “a Terra é azul” foi possível depois de milhares de anos de domínio racional das leis da própria natureza. Devemos condenar a racionalização sem condenar a racionalidade. Ao chegar à Lua, pela primeira vez, o astronauta Louis Amstrong afirmou: “um pequeno passo para o homem e um grande passo para a humanidade”. Dizendo isso, ele estava representando a todos nós.

Isso foi possível através de um descomunal esforço humano coletivo que levou em conta todo o conhecimento técnico, científico e tecnológico acumulado até então pela humanidade. Isso não é nada desprezível. Se hoje formamos redes de redes no emaranhado da comunicação planetária pela Internet, isso foi possível graças ao uso tanto da imaginação, da intuição, da emoção, quanto da razão, pelo gigantesco e sofrido esforço humano para descobrir como podemos viver melhor neste planeta, como podemos interagir com ele. Fizemos tudo isso, muitas vezes, de forma equivocada, é verdade. Nos consideramos “superiores” pela nossa racionalidade e exploramos a natureza sem cuidado, sem respeito por ela. Não nos relacionamos com a Terra e com a vida com emoção, com afeto, com sensibilidade. Nesse campo, estamos apenas engatinhando. Mas estamos aprendendo.

3. Educar para a sustentabilidade

Numa época de convergência de crises, com o advento do aquecimento global e de profundas mudanças climáticas, a ecopedagogia tem tudo a ver com uma **educação para a sustentabilidade**. Como afirma Gro Harlem Brundtland no prefácio do Relatório das Nações Unidas *Our Common Future*, “a menos que sejamos capazes de traduzir nossas palavras em uma linguagem que atinja as mentes e corações das pessoas, velhas ou novas, não poderemos executar as extensas mudanças sociais necessárias para corrigir o curso do desenvolvimento”. Desenvolver subsídios teórico-práticos necessários para essa educação para a sustentabilidade é tarefa de outra pedagogia complementar à Pedagogia da Terra, a “pedagogia da sustentabilidade” (Antunes, 2002). A categoria “sustentabilidade”, como sustenta o Leonardo Boff (1999), é central para a cosmovisão ecológica e, possivelmente, constitui um dos fundamentos do novo paradigma civilizatório que procura harmonizar ser humano, desenvolvimento e Terra entendida como Gaia.

A ecopedagogia e a educação para a sustentabilidade está se desenvolvendo seja como um **movimento pedagógico** seja como **abordagem curricular**. Como a ecologia, a ecopedagogia também pode ser entendida como um *movimento social e político*. Como todo movimento novo, em

processo, em evolução, ele é complexo e, pode tomar diferentes direções. A ecopedagogia também implica uma *reorientação dos currículos* para que incorporem certos princípios e valores.

Os sistemas educacionais nasceram na Europa, no século XIX em plena era do desenvolvimento industrial e, apesar da atual diversidade de nações que os adotaram depois, eles são, hoje, muito semelhantes. No século XX eles se fortaleceram com a expansão do direito à educação, consagrado pela Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1947. Apesar dessa consolidação e de programas internacionais de avaliação do desempenho escolar como o Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes (PISA), iniciamos o século XXI com questionamentos sobre a sua capacidade de promover a paz e o entendimento. A UNESCO, com razão, tem sustentado a necessidade de **reorientar a educação**, em todos os níveis, para uma cultura de paz e de sustentabilidade. Essa é a preocupação central da Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014) e de estudos recentes como os de Peter Blaise Corcoran (2009). O foco da Unesco é a “reorientação do currículo da educação formal atual”. Textualmente o documento de referência da Década afirma que seu *maior objetivo é*

integrar princípios, valores, e práticas de desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e do ensino. Esse esforço educacional deve encorajar mudanças no comportamento para criar um futuro mais sustentável em termos da integridade do meio ambiente, da viabilidade econômica, e de uma sociedade justa para as atuais e as futuras gerações (...). O programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável exige que se reexamine a política educacional, no sentido de reorientar a educação desde o jardim da infância até a universidade e o aprendizado permanente na vida adulta (Unesco, 2005, p. 57).

Diferentes práticas podem nos ajudar a integrar o princípio da sustentabilidade em todos os **níveis de ensino**. No *ensino primário*, por exemplo, nossas crianças precisam vivenciar (as vivências impregnam mais do que o discurso) e precisam conhecer as necessidades das plantas e dos animais, seu *habitat*, como reduzir, reusar e reciclar os materiais utilizados, como manter os ecossistemas ligados às florestas e águas. Num nível mais avançado precisamos discutir a biodiversidade, a conservação ambiental, as alternativas energéticas e o aquecimento global. Em *nível universitário* devemos não só difundir informações ambientais, mas produzir novos conhecimentos e fazer pesquisas voltadas para a busca de um novo paradigma de desenvolvimento mais sustentável. A **universidade** verdadeiramente comprometida com a sustentabilidade pode formar pessoas para viverem em harmonia com a Terra, mas pode, também, contribuir muito no desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre o tema da sustentabilidade e do bem viver, colocando

seu conhecimento a serviço da transformação social e a preservação do meio ambiente, transformando.

O conceito de “sustentabilidade” e de “sociedades sustentáveis” encerra todo um novo projeto de civilização e, aplicado à pedagogia, pode ter desdobramentos em todos os campos da educação, não apenas na educação ambiental (Gadotti, 2009). Ele se torna, assim, um conceito chave para entender a educação do futuro. Ele supõe novos princípios e valores bem como sugere novos símbolos, como o “jardim”, na visão da educadora norte-americana Emily De Moore. Ela toma o jardim como metáfora e como realidade física. Num artigo para a Revista *Pátio* (Porto Alegre, no. 13, maio-julho 2000, pp. 11-15), ela nos fala dos “valores educacionais para a sustentabilidade”, entendendo o “jardim como currículo” (De Moore, 2000). A idéia de jardim encarna os novos valores de sustentabilidade que estão surgindo. O jardim permite trabalhar com a terra. Perceber o planeta Terra através da terra. Ver a semente assumir a forma de planta e a planta a forma de alimento, o alimento que nos dá vida. Ensina-nos a paciência e o manuseio cuidadoso da terra entre o semear e o colher. Aprender que as coisas não nascem prontas. Precisam ser cultivadas, cuidadas. O jardim também nos ensina que o mundo não está pronto, está se fazendo, está nos fazendo, que sua construção exige persistência, paciência esperançosa da semente que, em algum momento, será broto e será flor e será fruto.

Emily De Moore cita a *pedagogia do oprimido* de Paulo Freire e seu “pioneirismo” nesta pedagogia, afirmando que ele, há mais de 40 anos, alertava que os sistemas de vida da Terra estavam sofrendo grandes estragos a ponto de perderem a capacidade de sustentar a vida no planeta. “Se quisermos adotar uma pedagogia que produza valores de sustentabilidade, o pensamento de Freire deve ser estendido para incluir a libertação do mundo natural” (*Idem*, 12). E, a seguir, cita uma passagem do livro *Pedagogia do oprimido* de Paulo Freire: “A consciência do opressor tende a transformar tudo a seu redor em um objeto de sua dominação. A terra, a propriedade, a produção, as criações das pessoas, as próprias pessoas, o tempo – tudo é reduzido à condição de objetos a sua disposição”. Paulo Freire tinha essa consciência alargada do mundo, como podemos constatar no mesmo livro (FREIRE, 1975:94) quando afirma que “o amor é compromisso com os homens. Onde quer que estejam esses oprimidos, o ato de amor está em comprometer-se com sua causa”. Emily A. De Moore (2000:14) conclui dizendo que “este modelo curricular é essencial se quisermos fornecer aos estudantes o conhecimento, as habilidades e a consciência crítica necessários não apenas para a justiça ou a eficácia social, preocupações importantes da teoria curricular, mas também para a realização da verdadeira liberdade, comunidade e sustentabilidade da Terra e suas formas de vida”.

4. Educar para outros mundos possíveis

A diversidade é a característica fundamental da humanidade. Por isso não pode haver um único modo de produzir e reproduzir nossa existência no planeta. A diversidade humana impõe a necessidade de construir a diversidade de mundos (Gadotti, 2007). A um pensamento único não podemos responder com outro pensamento único. **Educar para viver com a Terra** é educar para outros mundos possíveis, isto é, visibilizar o que foi escondido para oprimir, dar voz aos que não são escutados. A luta feminista, o movimento ecológico, o movimento indígena, o movimento zapatista, o movimento dos sem terra e outros, tornaram visível o que havia sido invisibilizado durante séculos de opressão.

Educar para outros mundos possíveis é educar para conscientizar, para desalienar, para desfeticizar. O **feticismo** da ideologia neoliberal é o fetiche da lógica burguesa e capitalista que consegue solidificar-se a ponto de fazer crer que o mundo é naturalmente imutável. O feticismo transforma as relações humanas em fenômenos estáticos, como se fossem impossíveis de serem modificadas. Fetichizados, somos incapazes de agir porque o fetiche rompe com a capacidade de fazer. Fetichizados apenas repetimos o já feito, o já dito, o que já existe.

Educar para outros mundos possíveis é educar para a emergência do que ainda não é, o ainda-não, a utopia. Assim fazendo, estamos assumindo a história como possibilidade e não como fatalidade. Por isso, educar para outros mundos possíveis é também educar para a ruptura, para a rebeldia, para a recusa, para dizer “não”, para gritar, para sonhar com outros mundos possíveis. Denunciando e anunciando. O núcleo central da concepção neoliberal da educação é a negação do sonho e da utopia (Torres & Noguera, eds, 2008). Por isso, uma educação para outros mundos possíveis é, sobretudo, a educação para o sonho, uma educação para a esperança.

A mercantilização da educação é um dos desafios mais decisivos da história atual, porque ela sobrevaloriza o econômico em detrimento do humano. Só uma educação emancipadora poderá inverter essa lógica, através da formação para a consciência crítica e para a desalienação. Educar para outros mundos possíveis é educar para a qualidade humana para “além do capital”, como nos disse István Mészáros (2005) na abertura da terceira edição do FME, em Porto Alegre, em julho de 2004 (Gadotti, 2009a). A globalização capitalista roubou das pessoas o tempo para o bem viver e o espaço da vida interior, roubou a capacidade de produzir dignamente as nossas vidas. Cada vez mais gente é reduzida a máquinas de produção e de reprodução do capital. O capitalismo é essencialmente insustentável, como está enunciado no *Acordo dos Povos*, resultado da *Conferência Mundial dos Povos sobre Mudanças Climáticas e Direitos da Mãe Terra*, realizada no dia 22 de abril de 2010, em Cochabamba (Bolívia):

O sistema capitalista nos impôs uma lógica de competitividade, progresso e crescimento ilimitado. Este modo de produção e consumo busca o lucro sem limites,

separando o ser humano da natureza, estabelecendo uma lógica de dominação sobre ela, convertendo tudo em mercadoria: a água, a terra, o genoma humano, as culturas ancestrais, a biodiversidade, a justiça, a ética, os direitos dos povos, a morte e a própria vida.

Educar para outros mundos possíveis é fazer da educação, tanto formal, quanto não-formal, um espaço de **formação crítica** e não apenas de formação de mão-de-obra para o mercado; é inventar novos espaços de formação alternativos ao sistema formal de educação e negar a sua forma hierarquizada numa estrutura de mando e subordinação; é educar para **articular as diferentes rebeldias** que negam hoje as relações sociais capitalistas; é educar para mudar radicalmente nossa maneira de produzir e de reproduzir nossa existência no planeta, portanto, é uma educação para a sustentabilidade (Gadotti, 2009).

Não se pode mudar o mundo sem mudar as pessoas: mudar o mundo e mudar as pessoas são processos interligados. Mudar o mundo depende de todos nós: é preciso que cada um tome consciência e se organize em novas “multidões”, como dizem Michael Hardt e Antônio Negri (2005). Educar para outros mundos possíveis é educar para superar a lógica desumanizadora do capital que tem no individualismo e no lucro seus fundamentos, é educar para transformar radicalmente o modelo econômico e político atual.

Não fomos educados para ter uma **consciência planetária** e sim a consciência do Estado-nação. Os sistemas nacionais de educação nasceram como parte da constituição do Estado-nação. A escola atual é resultado do pensamento da modernidade, modelada pelos Estados-nação e não pelo pensamento da era da globalização/planetarização.

Educar para outros mundos possíveis exige dos educadores um compromisso pela desmercantilização da educação e uma “postura ecopedagógica” (Gutiérrez & Prado, 1999) de escuta do universo, do qual todos e todas fazemos parte. Os educadores não devem dirigir-se apenas a alunos ou educandos, mas aos habitantes do planeta, considerando-os a todos e a todas como cidadãos da mesma Mãria. Por isso precisamos de uma “pedagogia cosmopolita (Teivainen, 2003), uma “pedagogia global” (Premoli, 2008).

A Terra é nosso primeiro grande educador. Educar para outros mundos possíveis é também educar para encontrar nosso lugar na história, no universo. É educar para a paz, para os direitos humanos – inclusive os **Direitos da Mãe Terra** - para a justiça social e para a diversidade cultural, contra o sexismo e o racismo. É educar para a consciência planetária. É educar para que cada um de nós encontre o seu lugar no mundo, educar para pertencer a uma comunidade humana planetária, para sentir profundamente o universo.

É educar para a **planetarização** (Antunes, 2002) não para o globalismo. Vivemos num

planeta e não num globo. O globo refere-se à sua superfície, a suas divisões geográficas, a seus paralelos e meridianos. O globo refere-se a aspectos cartoriais, enquanto o planeta, ao contrário dessa visão linear, refere-se a uma totalidade em movimento. A terra é um superorganismo vivo e em evolução. Nosso destino, enquanto seres humanos, está ligado ao destino desse ser chamado Terra, hoje também um ser oprimido. Educar para outros mundos possíveis é educar para ter uma relação sustentável com todos os seres da terra, sejam eles humanos ou não.

É educar para viver no cosmos – educação planetária, cósmica e cosmológica – ampliando nossa compreensão da terra e do universo. É educar para ter uma perspectiva cósmica. Só assim poderemos entender mais amplamente as mudanças climáticas, os problemas da desertificação, do desflorestamento, do aquecimento da Terra e dos problemas que atingem humanos e não-humanos. Os **paradigmas clássicos**, arrogantemente antropocêntricos e industrialistas, não têm suficiente abrangência para explicar essa realidade cósmica. Por não ter essa visão holística, não conseguiram dar nenhuma resposta para tirar o planeta da rota do extermínio e do rumo da cruel diferença entre ricos e pobres. Os paradigmas clássicos estão levando o planeta ao esgotamento de seus recursos naturais. A convergência das crises atuais é resultado de uma crise mais profunda, a crise do paradigma civilizatório. Educar para outros mundos possíveis supõe um novo paradigma, um paradigma holístico.

Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ângela, 2002. *Leitura do mundo no contexto da planetarização: por uma pedagogia da sustentabilidade*. São Paulo, FE-USP, (Tese de Doutorado).
- BOFF, Leonardo, 1999. *Saber cuidar: ética do humano, compaixão pela terra*. Petrópolis, Vozes.
- CORCORAN, Peter Blaze, Philip M. Osano, eds., 2009. *Young people, education, and sustainable development: exploring principles, perspectives, and praxis*. The Netherlands: Wageningen Academic.
- DE MOORE, Emely, 2000. “O Jardim como currículo”. In: *Revista Pátio*. Porto Alegre, no. 13, maio-julho 2000, pp. 11-15.
- FREIRE, Paulo, 1975. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- FREIRE, Paulo, 1997. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.
- GADOTTI, Moacir, 2001. *Pedagogia da Terra*. São Paulo: Peirópolis.
- GADOTTI, Moacir, 2007. *Educar para um outro mundo possível: o Fórum Social Mundial como espaço de aprendizagem de uma nova cultura política e como processo transformador da*

sociedade civil planetária. São Paulo: Publisher Brasil.

GADOTTI, Moacir, 2009. *Educar para a sustentabilidade*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.

GADOTTI, Moacir, 2009a. *Fórum Mundial de Educação: Pro-posições para u outro mundo possível*. São Paulo: Instituto Paulo Freire.

GADOTTI, Moacir, 2010. *A Carta da Terra na Educação*. São Paulo: Instituto Paulo Freire

GUTIÉRREZ, Francisco & Cruz Prado, 1999. *Ecopedagogia e cidadania planetária*. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire.

GUTIÉRREZ, Francisco, 1994. *Pedagogia para el Desarrollo Sostenible*. Heredia, Costa Rica: Editorialpec.

HARDT, Michael & Antonio Negri, 2005. *Multidão: guerra e democracia na era do Império*. Rio de Janeiro: Record.

MÉSZÁROS, István, 2005. *A educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo.

PRADO, Cruz, 2006. "Biopedagogia". In: Guadas, Pep Aparício, Dolors Monferrer, Isabel Aparício Guadas e Pascual Murcia Ortiz, orgs, 2006. *Fórum Paulo Freire – V Encuentro Internacional: Sendas de Freire: opresiones, resistencias y emancipaciones en un nuevo paradigma de vida*. Xátiva: Institut Paulo Freire de España y Crec, pp. 169-211.

PREMOLI, Silvio, 2008. *Pedagogie per un mondo globale: cultura, panorami dell'educazione, prospettive*. Torino: EGA.

TEIVAINEN, Teivo, 2003. *Pedaogogía del poder mundial: relaciones internacionales y lecciones del desarrollo en América Latina*. Lima: CEDEP.

TORRES, Carlos Alberto e Pedro Noguera, eds., 2008. *Social Justice Education for Teachers: Paulo Freire and the Possible Dream*. Rotterdam: Sense Publishers.

UNESCO, 1999. *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para uma ação compartilhada*. Brasília: Unesco/Ibama.

UNESCO, 2005. *Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável*